

A PROTEÇÃO QUE PREJUDICA

O socialismo, na sua vertente soviética, nasceu por suas boas intenções e morreu por seus catastróficos resultados. Tendo surgido com a promessa de tirar milhões da miséria, a experiência socialista do século 20 foi um fracasso completo e seu maior feito foi tirar da miséria 100 milhões de almas, exatamente aquelas que foram assassinadas e enviadas a Deus. O problema com certas belas idéias é que, na prática, elas produzem efeitos contrários às suas boas intenções, como naquela história do macaco asiático que, vendo um peixe se debatendo contra a correnteza, resolveu tirá-lo da água para salvá-lo.

Do ponto de vista social e humanitário, a licença maternidade obrigatória de seis meses é um idéia linda e defensável. Livrar a mãe da dura faina do trabalho por meio ano, para que, mantendo a renda nesse período, ela se dedique integralmente ao filho é, ao mesmo tempo, uma medida de amor e uma evolução do ser humano. Até aí, não há como ser contra essa proposta. Aliás, em alguns países da Europa desenvolvida, esse tempo é de um ano, não apenas seis meses.

O problema começa quando analisamos os possíveis efeitos colaterais de uma imposição obrigatória da licença de seis meses em uma sociedade como a brasileira. De início, vale lembrar que o número médio de filhos por mulher entre os 100 milhões menos pobres é inferior a dois, enquanto a média entre os 100 milhões mais pobres é superior a quatro. Ou seja, uma mulher pobre no Brasil tem, em média, o dobro de partos de uma mulher situada na metade superior em termos de renda nacional.

Em uma economia instável e não uniforme, a proteção excessiva às mulheres pode acabar contribuindo para manter a média salarial delas bem abaixo da média salarial dos homens, como já acontece atualmente. Além disso, ficam algumas perguntas perturbadoras: em caso de empate entre um homem e uma mulher na disputa por um emprego, quem a empresa vai escolher? Será que uma licença maternidade obrigatória de seis meses não pode virar uma proteção que não protege? Não seria melhor deixar como obrigatória a licença de quatro meses e a de seis meses ficar como um incentivo, nos termos da proposta anterior?

Claro que a licença de seis meses, ou até de um ano, é muito melhor. O problema é que a economia não funciona sob ideais de bondade, mas com base na realidade social e nas relações de oferta e procura, gostemos ou não. Em um país pobre, com população crescente e uma legião de mulheres sem qualificação profissional, mas que precisam trabalhar, até que ponto uma proteção dessas não pode ser contra os interesses das próprias mulheres?

Deixando o coração de lado, não há como fugir de termos que confrontar os aspectos reais do problema. Um aspecto de proteções exageradas em relação ao estágio da economia do país é que não são empresários grandes, maldosos e gananciosos que vão desobedecer ou ludibriar a regra. Pelo contrário, a maior violação virá de micros e pequenos empregadores, da economia formal e da informal, que não são pessoas ruins nem desumanas, mas que apenas lutam a duras penas para sobreviver. Ademais, não há estudos ou provas capazes de garantir que, pesando prós e contras, as mulheres sairiam ganhando com uma proteção dessa magnitude.

Em um país que luta para que, um dia, as mulheres tenham seus salários equiparados aos dos homens, em funções equivalentes, a criação de mais e mais direitos para elas poderá ir na direção contrária, quer favorecendo o homem na disputa pelas vagas, quer mantendo o salário médio do trabalhador masculino mais alto, como já é hoje. Tentar mostrar que essa pode não ser uma boa medida é uma tese antipática, claro. Seria ótimo dizer em alto e bom som que a licença maternidade obrigatória deveria ser de um ano. Mas, o Brasil não é a Dinamarca, onde a tarefa consiste em convencer as mulheres a terem pelo menos um filho, coisa que não é fácil, nem mesmo oferecendo incentivos.

Aqui, inversamente, há mulheres que têm um monte de filhos que nem querem ter, mas que nascem por causa da desinformação, do desconhecimento e do baixo nível educacional. Esse sim é o grande problema

nacional que, quando for resolvido, poderá oferecer condição do país implantar, com chance de sucesso, uma proteção bem maior para as mulheres que gerarem filhos.

José Pio Martins, economista, é reitor da Universidade Positivo.

12 de agosto de 2010

Projetos deverão ser enviados até 1º de setembro

O programa Observatório da Educação, uma parceira entre Inep e Capes, está recebendo propostas de estudos e pesquisas até às 18h do dia 1º de setembro. As propostas deverão ser feitas por instituições de educação superior que mantenham programas de pós-graduação stricto sensu com conceito maior ou igual a 3 (três). As propostas deverão ser enviadas pela Internet – para o endereço eletrônico observatorio2010@capex.gov.br.

As propostas deverão ser submetidas à Capes pelo dirigente máximo da Instituição ou seu representante legal e pelo professor coordenador do núcleo local ou em rede e enviadas por meio eletrônico até às 18 horas (horário de Brasília), do dia 18/08/2010 para observatorio2010@capex.gov.br. Este endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo.

Serão apoiados projetos de estudos e pesquisas propostos por grupos de pesquisa organizados em núcleos locais – em uma única instituição – ou em rede – que envolva pelo menos três instituições. Os projetos e pesquisas deverão utilizar as bases de dados existentes no INEP. A edição atual do Observatório da Educação tem interesse especial nos estudos e pesquisas sobre os processos de alfabetização e de domínio da língua portuguesa e da matemática.

Fator determinante para escolha dessa prioridade foi a constatação de que o tema não foi suficientemente explorado nos editais anteriores, bem como em outros programas de fomento desenvolvidos pela Capes, embora os indicadores mostrem a baixa qualidade da educação básica no Brasil e as análises apontem para o processo de alfabetização como uma etapa crucial para o bom desempenho escolar de crianças, jovens e adultos.

Inep e Capes têm a expectativa de que o lançamento deste edital represente, também, um incentivo para que as Instituições de Ensino Superior renovem seus cursos de licenciatura e organizem programas de mestrado – acadêmico e profissional - e de doutorado, contemplando os temas da alfabetização e do domínio da língua portuguesa e dos fundamentos da matemática.

O objetivo geral desse edital é fomentar a produção acadêmica e a formação de recursos humanos em educação em nível de mestrado e doutorado. Os objetivos específicos são, entre outros, estimular o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação e de redes de pesquisa no País que tenham a educação como eixo de investigação; fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores e os diversos atores envolvidos no processo educacional; estimular a utilização de dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP; divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa à dinâmica da Universidade e dos sistemas públicos de educação básica.

Os valores máximos de financiamento são R\$ 205.600,00 (duzentos e cinco mil e seiscentos reais), por ano para projeto em núcleo local e 616.800,00 (seiscentos e dezesseis mil e oitocentos reais), por projeto realizado por núcleos em rede.

Assessoria de Imprensa do Inep/ MEC

http://www6.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news10_11.htm

Senhores!

Ontem à tarde tive a oportunidade de participar em Guarulhos da solenidade dos 40 anos da Ung (isto é do projeto UNG que começou com as Faculdades Farias Brito). É uma jovem universidade que lentamente está amadurecendo, criando corpo com mais de 50 cursos de graduação, dezenas de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, três Mestrados, um doutorado, mais de uma centena de laboratórios e por aí afora. Destaque cabe ao projeto Universidade - via de mão dupla que somente na metade do ano mobilizou mais de 16.000 inscritos com 8.000 participantes em mais de 300 cursos, demonstrando a responsabilidade social da UNG. É um bom começo para um projeto que promete, alicerçado na objetividade de seu idealizador e amigo prof. Antonio Veronezi e família. A toda a comunidade acadêmica meus cumprimentos pela caminhada e dizer que para ser feliz precisamos nos conhecer, conhecer a comunidade que nos rodeia e onde atuamos e principalmente ter um ideal que pode custar uma vida, mas vale um legado para a eternidade. Creio que a semente foi plantada e esta crescendo, fundada num ideal e isto é o que importa. As autoridades passam e nós ficamos. Espero que as próximas gerações dêem continuidade ao projeto, mesmo sendo particular, pois ser particular, no Brasil de hoje é problemático, dado as ideologias burras que permeiam a administração educacional. Somente a UNG já formou mais de 65.000 estudantes. Qual Universidade pode se orgulhar desse feito. Cumprimentos a todos. Sinto-me honrado de ter modestamente contribuído para que a UNG existisse, mas como educador esse foi e será sempre meu papel de promotor da educação. Tenho hoje mais consciência de meu papel na mudança da educação superior brasileira em minha passagem primeiro como assessor e depois como Conselheiro no Conselho Federal de Educação e que permitiu romper as amarras e tornar possível o surgimento de mais de 30 universidades particulares que hoje, algumas engrandecem o ensino superior e outras nem tanto, mas assim é o caminhar das instituições e da humanidade. Sei também que gratidão brota apenas de quem tem coração e mente atentos e são poucos lamentavelmente. Agradeço a homenagem e significa que vale para todos os que lutam pela causa da educação, não importa se publica ou privado, o que vale é a causa.

Contato Consultoria
Raulino

13/08/2010 -

Gráficas disputam o Enem

Larissa Leite

Até a Justiça foi acionada para garantir empresa no processo licitatório, que envolve dezenas de milhões de reais



Estudantes prestam o exame de 2009: este ano, as provas estão marcadas para 6 e 7 de novembro e o Inep espera não ter novos contratemplos

Monique Renne/CB/D.A Press - 6/12/09

Das três principais prestadoras de serviços gráficos que travavam uma batalha nos bastidores para ver quem ficará com o milionário contrato que envolve a logística de impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcadas para 6 e 7 de novembro, uma tenta reverter na Justiça a desclassificação na licitação e outra já ficou pelo caminho.

Enquanto a Plural Indústria Gráfica acionou o Judiciário para se manter no páreo, a V.M.I. Artes Gráficas reconheceu não possuir capacidade operacional para executar o serviço e abandonou a disputa, o que abriu caminho para a RR Donnelley, que desponta como favorita. Terceira colocada no pregão de contratação realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Donnelley não teve o lance recusado pela licitação, ao contrário da Plural e da V.M.I. Artes Gráficas, primeira e segunda colocadas, respectivamente.

Com uma proposta de R\$ 71 milhões para a execução da impressão gráfica — que envolve a diagramação, o manuseio, a embalagem, a rotulagem e a entrega do material aos Correios —, a Donnelley pode ser a escolhida para repetir o serviço prestado no ano passado, quando foi contratada sem licitação em caráter emergencial.

As provas de 2009 seriam aplicadas em outubro, mas, em setembro, alguns exemplares foram roubados da Gráfica Plural, o que levou à reformulação das questões e ao adiamento dos testes. O Inep recorreu à Donnelley, que recebeu, na época, R\$ 31,9 milhões para prestar o serviço — que não incluiu a diagramação do material. O instituto publicou, no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2009, o extrato da dispensa de licitação da Donnelley para a impressão das provas, sob a justificativa de que “pesquisou o mercado em busca de gráficas com a certificação necessária para que pudesse executar integralmente o objeto”. Se vencer a disputa este ano, o contrato será bem mais rentável.

Preço

O critério do Inep para contratar a gráfica este ano é o preço mais baixo. No entanto, embora a Plural tenha feito o menor lance, de R\$ 65 milhões; e a V.M.I. apresentando valor de R\$ 70 milhões, ambas foram recusadas no pregão. Enquanto a Plural foi desclassificada por não ter comprovado “a execução de serviços similares ao objeto, no que se refere ao atendimento aos requisitos de segurança e sigilo na impressão e no manuseio de dados variáveis” — segundo justificativa oficial do Inep —, a V.M.I. não atendeu a três itens do edital: a declaração de requisitos de segurança, a capacidade produtiva e a disponibilidade de área “segregada” para a execução dos serviços; além da comprovação de um patrimônio líquido no valor mínimo de 10% da proposta vencedora. Com o lance de R\$ 71 milhões, a RR Donnelley, que possui três unidades

industriais — em Barueri e em Osasco, ambas na Grande São Paulo; e em Blumenau (SC) — passou à frente das concorrentes.

A guerra para ver quem vai abocanhar o contrato fez a primeira vítima: a V.M.I. A empresa, que não possui site na internet e está instalada em um galpão na cidade de Contagem (MG), anunciou que desistiu da concorrência. Já a Plural, localizada em Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo, impetrou um mandado de segurança na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e garantiu a suspensão do pregão.

O Inep vai apresentar hoje à Justiça outras justificativas para a desclassificação da Plural. A empresa divulgou nota na qual afirma que “apresentou todos os documentos exigidos no referido edital”. O anúncio oficial da vencedora está previsto para ser feito na próxima semana. O Inep afirma que a escolha não vai interferir na data marcada para a realização dos exames.

O número

R\$ 71 milhões

Proposta da RR Donnelley para a execução da impressão gráfica do Enem-2010

<http://www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=13174&tp=16>

SEM RETORNO

Mais uma vez o Enem protagoniza uma trapalhada, atestando a incompetência de seus responsáveis. Ano passado houve a quebra de sigilo das provas, ocasionando o adiamento e prejudicando mais de um milhão de alunos que não realizaram o exame porque várias universidades não alteraram as datas de seus vestibulares (por que as entidades públicas não fazem um racional vestibular unificado? Que vaidade tola!) E até hoje, apesar das promessas de severa apuração, os autores continuam impunes, a responsabilidade foi empurrada para uma empresa terceirizada. Houve questão anulada, o que é inaceitável numa prova de tamanha expressão bem como divulgação de gabarito errado. Agora, na sequência de erros em que são pródigos, são tornados públicos os dados pessoais dos candidatos, o que configura invasão de privacidade e pode ensejar processos contra o governo federal. Irritante é ver a ridícula explicação do presidente do Inep, atribuindo a falha à fragilidade do sistema! Quem comprou o sistema, cara pálida? A triste figura vai além ao afirmar que os dados eram “reservados” e não “sigilosos”. E ele não pede demissão?! Como se disponibilizam informações pessoais que nada têm a ver com processo de matrícula para instituições, quando a Constituição (quem respeita?) garante a inviolabilidade da intimidade e da vida particular? Debita-se também a bobagem à inexperiência do órgão, depois de mudanças feitas após a quebra de sigilo, com a troca de técnicos e diretores. Quer dizer, os que eram ruins, foram substituídos por piores, pelo jeito... Pelo que se está vendo, o que era considerado uma revolução no ensino e na educação (há pessoas que pensam ser sinônimos...) se transforma num grande inimigo, graças à incapacidade de presunçosos dirigentes.

Chega-me às mãos o documento final do CONAE (mais uma sigla...) com o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Mais uma papelada, uma enxurrada de palavras da qual, se enxugadas, nada pinga. Muita bobagem em que são especialistas, destacando-se uma tal de “gestão democrática que (colocaram vírgula antes, que fazer...?) deve promover condições de igualdade, liberdade, justiça e diálogo em todas as desse sistema com o modo de produção e distribuição de riquezas, com a organização da sociedade, com a organização política, com a definição de papéis do poder público, com as teorias de conhecimento, as ciências, as artes e as culturas”. Você entendeu leitor (um dos sete...)? Não parece aquele blá-blá-blá de palanque, o palavrório pomposo em que nem o que o profere, acredita? O texto prossegue: “No processo de construção da gestão democrática da educação, alguns aspectos são imprescindíveis: a autonomia didático-científica, administrativa, pedagógica e de gestão financeira, a representatividade social e a formação da cidadania (,,,) cabe enfatizar a necessidade de democratizar — e não resistem à ideologia carcomida que os norteia!— a gestão da educação e das instituições educativas (públicas e privadas (???) garantindo a participação de estudantes, profissionais de educação, pais/mães e/ou responsáveis e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional, por meio da ampliação da participação da sociedade civil; instituir mecanismos democráticos - inclusive eleição direta de diretores/as e reitores/as por exemplo - para todas as instituições educativas (públicas e privadas (???) e para os sistemas de ensino; e, (depois de ponto e vírgula, respeito o original...) ainda, implantar formas colegiadas de gestão da escola mediante lei específica”. Paro por aqui, não dá para agüentar, minha idade já não suporta mais essas coisas e me permite até ser indelicado. Um dos grandes fatores de deterioração das universidades públicas e escolas foi a eleição de reitores e diretores quando se substituiu o mérito (como nas cotas...) pelo populismo e partidarização, fazendo com que o eleito não pudesse se valer do competente da chapa adversária, contentando-se com medíocre de sua sigla. A sociedade, sim, deveria cobrar (e não o faz) das universidades o que ela gasta com acadêmicos, os “doutores” emproados, que nada lhe devolvem, ou seja, emprego de capital sem retorno, mal gasto, desperdiçado. Onde estão as pesquisas e, por consequência, as patentes? Não chegamos a 2%! Por outro lado, agradecer-me-ia ver as instituições públicas com autonomia financeira, tendo de buscar recursos no mercado, o reitor com sua beca e capelo, avalizando promissórias...

P.S.1: Recebi, pela internet, algumas indagações sobre a “boneca de ventríloquo” e repasso algumas delas, todas sobre fotos: Alguém já viu foto dela a) lutando pela democracia, na campanha das diretas já? b) em uma passeata pela anistia ampla, geral e irrestrita c) uma que a mostre indignada com o mensalão, com o dinheiro na cueca, nas meias? c) a de algum trabalho social de que tenha participado? d) a foto do marido ou

ex-marido ou pai da filha? Não existem documentos históricos e comprobatórios do que diz ter feito e participado, apenas um currículo enfeitado e palavra candente de seu patrocinador.

P.S.2: Fidel Castro, Chaves, Evo, o presidente dos aiatolás (sem cola é difícil escrever o nome) que bela companhia tem o inquilino do planalto! É nesse meio que ele se sente à vontade e pratica a diplomacia rasteira.

Prof. Antonio Luiz Mendes de Almeida
(FD 479 10/12.08.10)



ENEM 2010: PREÇO DE PRÉ-TESTE DAS QUESTÕES SOBE DE R\$ 939,5 MIL PARA R\$ 6,191 MILHÕES

13/08/2010 - 09h14

Da Redação

Em São Paulo

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) vai gastar R\$ 6,191 milhões para realizar o pré-teste do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2010. No ano passado, o valor desembolsado para essa etapa foi de R\$ 939,5 mil. O preço por aluno foi de R\$ 18,79 (2009) para R\$ 61,91. Segundo o Inep, os valores subiram porque nesta edição haverá quatro aplicações distintas e houve aumento no número de cidades.

O pré-teste é uma etapa que foi inserida na avaliação com o novo formato do Enem -- as questões precisam ser "testadas" para que o instituto possa avaliar o seu nível de dificuldade e, com isso, dar-lhes pesos diferentes na correção da prova que será aplicada no dia do exame. É testado um número de questões muito superior ao que será utilizado na prova, de modo a formar um banco de itens que poderão ser utilizados.

Neste ano, o Inep deve aplicar provas a 100 mil estudantes em 40 cidades -- [em 2009, o pré-teste foi feito com 50 mil alunos em dez capitais](#). Naquela ocasião, um diretor do Inep comentou: "com 10 mil, 15 mil itens, a chance de um candidato que participou do pré-teste encontrar o mesmo teste na prova é muito pequena. E, dificilmente, o candidato se lembraria da pergunta".

No ano passado, a responsabilidade pelo pré-teste foi da Consultec. Neste ano, a tarefa ficará a cargo do consórcio formado pela Fundação Cesgranrio e FUB/Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe), contratados com dispensa de licitação.

Segundo reportagem do jornal O Estado de . Paulo, o aumento do valor do contrato causou estranhamento entre as fontes ouvidas por eles. Os preços, segundo essas fontes não nomeadas no texto, deveria diminuir e não aumentar. Eles compararam o pré-teste a uma gráfica que deveria ter economia de escala, ou seja, quanto maior o número de livros impressos, menor fica o preço por exemplar.

Correios

O [MEC \(Ministério da Educação\) pagará aos Correios R\\$ 18 milhões](#) pelo serviço de distribuição das provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2010. O contrato ainda não foi assinado, mas, segundo a pasta, deverá ser formalizado nos próximos dias.

Hoje (11) foi publicada no Diário Oficial da União portaria que dispensa a exigência de licitação para a contratação dos serviços dos Correios. Segundo o texto, a empresa prestará os serviços de logística na "coleta, no tratamento, transporte, na guarda e distribuição" das provas do Enem em todo o país.

Contratos de informática

O [Inep vai renovar pela quinta vez -e, agora, emergencialmente- dois contratos com empresas de informática](#) que terceirizam funcionários para o órgão. A licitação que escolheria uma nova empresa foi suspensa por decisão judicial há dois meses e o instituto diz que não pode ficar sem essa mão de obra.

As empresas Cast e Poliedro fornecem pessoal de "suporte técnico" ao órgão desde agosto de 2005 e os contratos, com duração de 12 meses, têm sido renovados desde então. De acordo com a lei de licitações, o limite de renovações é de 60 meses -prazo que, no caso dos contratos do Inep, termina no próximo final de semana (no dia 14 para a Cast e, no dia 15, para a Poliedro). A legislação, no entanto, permite uma última renovação em caráter "excepcional", por mais 12 meses. É essa a brecha que o órgão vai usar.

<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/08/13/enem-2010-preco-de-pre-teste-das-questoes-sobe-de-r-9395-mil-para-6191-milhoes.jhtm>

Pré-selecionados na sexta chamada do ProUni já podem comprovar dados

Eles devem comparecer à instituição de ensino para a qual se inscreveram e comprovar as informações fornecidas

13 de agosto de 2010 | 11h 29

Agência Brasil

Os candidatos pré-selecionados na sexta e última chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) têm prazo de hoje (13) até segunda-feira (16) para comparecer à instituição de ensino para a qual se inscreveram e comprovar as informações fornecidas. A lista dos documentos que devem ser apresentados está no site do programa.

O resultado da sexta chamada foi divulgado ontem (12). Para saber se foi pré-selecionado, o candidato deve acessar a página do programa e informar o número de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF).

<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,pre-selecionados-na-sexta-chamada-do-prouni-ja-podem-comprovar-dados,594621,0.htm>



12/08/2010 - 12h00

Cursos técnicos e tecnológicos surgem como opção para solucionar "apagão de mão-de-obra"

Elisa Estronioli
Em São Paulo

Na ponta da língua dos candidatos às eleições desse ano, os cursos técnicos e tecnológicos estão em expansão no país. “Há um aumento dos cursos, mas a demanda por trabalhadores com essa formação continua muito grande: é o “apagão da mão-de-obra”. Por isso faz sentido o discurso dos candidatos e as próprias ações. Não é algo de momento, tem um fôlego muito grande.”, afirma Celso do Prado Ferraz de Carvalho, professor da universidade Nove de Julho e especialista em educação e trabalho.

Uma pesquisa do economista Marcelo Neri, na Fundação Getúlio Vargas, ilustra a expansão com números: em março de 2004, 12,56% da população em idade ativa das seis principais metrópoles haviam concluído os cursos profissionalizantes; em março de 2010, esse número era de 22,05% - um crescimento de 75,6%.

O que é curso técnico?

Entenda o que é curso técnico

O que é um curso técnico?

É um curso de nível médio que tem o objetivo de capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos em diversas atividades do setor produtivo. Um de seus propósitos é o acesso imediato ao mercado de trabalho, além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no mercado.

Quem pode fazer?

O curso técnico é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino fundamental. Ele pode ser cursado junto com o ensino médio ou após ele. Para a obtenção do diploma de técnico é necessária a conclusão do ensino médio.

Quantos tipos de curso existem?

De acordo com levantamento do MEC, há 185 possibilidades de cursos técnicos, divididas em 12 eixos tecnológicos:

Ambiente, Saúde e Segurança
Apoio Educacional
Controle e Processos Industriais
Gestão e Negócios
Hospitalidade e Lazer
Informação e Comunicação
Infraestrutura
Militar
Produção Alimentícia
Produção Cultural e Design
Produção Industrial
Recursos Naturais

[Veja catálogo de cursos técnicos no país no site do MEC.](#)

O que é curso tecnológico?

Entenda o que é uma graduação tecnológica

O que é um curso superior de tecnologia?

É um curso de graduação, geralmente com menor duração comparado a um bacharelado: enquanto este tem duração de quatro a cinco anos, o tecnológico dura dois ou três. Desenvolve competências profissionais mais específicas que esses cursos, voltadas a demandas do mercado de trabalho.

Quem pode fazer?

Como todo curso superior, o tecnológico é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Os graduados nos cursos superiores de tecnologia denominam-se tecnólogos.

Quantos tipos de curso existem?

De acordo com levantamento do MEC, há 112 graduações organizadas em 13 eixos tecnológicos:

Ambiente e Saúde

Apoio Escolar

Controle e Processos Industriais

Gestão e Negócios

Hospitalidade e Lazer

Informação e Comunicação

Infraestrutura

Militar

Produção Alimentícia

Produção Cultural e Design

Produção Industrial

Recursos Naturais

Segurança

[Veja o catálogo do MEC de cursos tecnológicos.](#)

De acordo com o estudo, publicado no primeiro semestre deste ano, 29 milhões de pessoas frequentam cursos de educação profissional, o que representa 19,72% da população com mais de 10 anos de idade do Brasil. Desse total, 16,07% (23,5 milhões de pessoas) frequentaram cursos de qualificação profissional, 3,54% (5,1 milhões) fizeram ensino médio técnico e 0,11% (160 mil) tiveram formação tecnológica.

Luiz Augusto Caldas, diretor de políticas da educação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, acredita que os cursos profissionais são opções para quem necessita o quanto antes de uma alternativa de renda: o superior tecnológico, devido à sua menor duração - de dois a três anos, enquanto um bacharelado leva até cinco anos - mas principalmente o técnico, que pode ser cursado junto com o ensino médio. Segundo Caldas, é no ensino técnico que estão as pessoas com maior necessidade de inserção rápida e qualificada no mercado.

De acordo com o estudo de Neri, os salários aumentam significativamente após a conclusão de cursos de educação profissional: chega a ser 27% maior com a formação de tecnólogo (curso superior de três anos) e a 17% com o ensino médio profissionalizante.

O setor com maior proporção de funcionários com formação profissionalizante é o automobilístico (45,71%), seguido pelo de finanças (38,17%) e de petróleo e gás (37,34%).

<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/08/12/cursos-tecnicos-e-tecnologicos-surgem-como-opcao-para-solucionar-apagao-de-mao-de-obra.jhtm>

Anaceu

Encaminhe-se a todos os centros universitários.

Paulo A. Gomes Cardim
Presidente



Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2010

Prezado Dirigente Educacional

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa vem realizando excelentes encontros que possibilitam a difusão de trabalhos de instituições dos países lusófonos.

Já estivemos presentes a alguns desses eventos e pudemos constatar a excelência dos trabalhos realizados.

O XX Encontro será realizado de 7 a 10 de setembro, em Macau.

Estamos retransmitindo o expediente que recebemos do Secretariado Executivo da AULP. O mesmo permite uma visão geral do encontro e contém informações completas que poderão ser analisados por sua entidade.

Essa divulgação se faz dentro do compromisso do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação de subsidiar os usuários de nossos serviços na internacionalização institucional.

Cordialmente,

Joao Roberto Moreira Alves
Presidente

Magníficos Reitores;
Exmos. Senhores Presidentes;
Exmo. Senhores.

O XX Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa se realiza de 7 a 10 de Setembro de 2010 em Macau, China. Por acordo com a comissão organizadora, Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau e Instituto de Formação Turística, o tema do Encontro será: “A China, Macau e os Países de Língua Portuguesa”.

Com especial incidência nas ligações multilaterais entre a China, Macau e os Países de Língua Portuguesa serão analisadas as relações económicas e comerciais nas diversas vertentes de cooperação. Alguns dos desafios do mundo lusófono serão perspectivados através dos problemas da saúde pública, agricultura, alimentação, ou ainda, do ambiente e dos recursos hídricos, pontos da nossa agenda comum.

Nas sessões dedicadas à Língua Portuguesa abordaremos as dificuldades relacionadas com a internacionalização, tradução, interpretação e os reflexos normativos nos sistemas jurídicos de matriz comum aos Países de Língua Portuguesa. No final, na sessão dedicada às redes de cooperação no Ensino Superior, convidam-se os membros da AULP a apresentarem os seus programas porquanto estarão presentes, como convidados da Universidade de Macau, algumas das nossas congéneres da República Popular da China.

Paralelamente ao Encontro, estão previstas actividades de índole cultural nomeadamente a mostra de edições da AULP e o lançamento da edição comemorativa DITEMA - Dicionário Temático de Macau, Volume I, uma iniciativa da Universidade de Macau. A visita turística à RAEM e à Exposição Universal de Shangai - China 2010 - “Melhores Cidades, Maior Qualidade de Vida”, constam do programa.

Na expectativa de contar com a inscrição atempada de V. Exa. e da Instituição que representa,

Os melhores cumprimentos,
O Secretariado da AULP

Estão disponíveis na página oficial da AULP (www.aul.org) a respectiva ficha de inscrição, programa de viagem e alojamento.